

# EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) FEDERAL DA \_\_\_\_ VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE

\_\_\_\_\_

Processo nº: \_\_\_\_\_

**EMBARGANTE:** \_\_\_\_\_

**CPF/CNPJ:** \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

**EMBARGADO: FAZENDA PÚBLICA FEDERAL**

## I – SÍNTESE DOS FATOS

O Embargante foi surpreendido com a execução fiscal promovida pela Fazenda Pública Federal, referente ao débito inscrito sob nº \_\_\_\_\_, no valor de R\$ \_\_\_\_\_. Contudo, verifica-se que o lançamento fiscal possui vícios que comprometem sua exigibilidade, motivo pelo qual se opõem os presentes Embargos à Execução Fiscal, nos termos do artigo 16 da Lei nº 6.830/80.

## II – DAS RAZÕES DOS EMBARGOS

### 1. DA INEXIGIBILIDADE DO CRÉDITO FISCAL

O débito cobrado apresenta diversas irregularidades, tais como:

- Falta de notificação prévia;
- Ausência de fundamentação legal clara;
- Valores incorretos e divergentes dos documentos anexados;
- Prescrição do crédito tributário.

### 2. DA NULIDADE DA CDA (CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA)

A Certidão de Dívida Ativa apresenta vícios formais, dentre eles:

- Ausência de assinatura do responsável;
- Falta de indicação correta do valor atualizado;
- Não comprovação da constituição do crédito tributário.

### 3. DA PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA

O crédito tributário está fulminado pela prescrição, conforme dispõe o artigo 174 do Código Tributário Nacional, pois o lançamento data de \_\_/\_\_/\_\_\_\_ e a execução foi ajuizada após o prazo legal.

## III – DOS PEDIDOS

**Diante do exposto, requer-se:**

1. O recebimento e conhecimento dos presentes Embargos à Execução Fiscal;
2. A suspensão da execução até o julgamento final dos Embargos;
3. A intimação da Fazenda Pública para apresentar impugnação, caso queira;
4. A total procedência dos Embargos para declarar a nulidade da CDA e a inexigibilidade do crédito tributário executado;
5. Caso não seja este o entendimento, que seja reconhecida a prescrição do crédito tributário;
6. A condenação da Embargada ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios;
7. A produção de todas as provas em direito admitidas, especialmente documental, pericial e testemunhal.

Nestes termos,  
Pede deferimento.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_  
Local Assinatura do Embargante ou Advogado

Nome do Advogado: \_\_\_\_\_

OAB nº: \_\_\_\_\_

Endereço profissional: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

Fonte original deste documento:

<https://documentos-juris.com/embargos-a-execucao-fiscal/>

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

<https://documentos-juris.com>

Mais modelos

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.

Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.

Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.